

# DEBATE

## CAPITAL ESTRANGEIRO, PARA ONDE VAI A MÍDIA?

Fotos: Daniel Garcia



*A alteração realizada no artigo 222 da Constituição Federal, que permite a participação de capital estrangeiro nos meios de comunicação, foi objeto de debate realizado no dia 13 de junho, por iniciativa da Revista Adusp e do Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da USP. Participaram da mesa-redonda os professores Venício Lima, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, e Jair Borin, da ECA, o jornalista Ethevaldo Siqueira, ex-proprietário da Revista Nacional de Telecomunicações, e o empresário e jornalista Júlio Bartolo, da TVA-ESPN. Publicamos nesta edição os principais momentos do debate, coordenado pelo editor da Revista Adusp, Pedro Pomar*

**Pedro Pomar-** Este debate foi pensado pela *Revista Adusp*, para ser realizado em parceria com o Departamento de Jornalismo da ECA, quando ainda não havia sido aprovada no Congresso a legislação que permite a entrada do capital estrangeiro na mídia em até 30%. Agora estamos diante de um fato consumado. Este debate pode ser gravado, e a idéia é transcrevê-lo integralmente na próxima edição da *Revista Adusp*, já que consideramos este um tema muito importante para a realidade brasileira e particularmente para a comunicação social. Este debate pode ajudar a lançar luz sobre esta nova situação que se criou, e todos os participantes, tenho certeza, têm condição de contribuir. Jair, pergunto se você concorda em fazer a primeira intervenção.

---

## **JAIR BORIN**

### **“NADA IMPEDE QUE ARRANJOS CONTÁBEIS DÊEM AO CAPITAL ESTRANGEIRO PAPEL PREDOMINANTE”**

Acho este debate de grande importância na atualidade, uma vez que se permite pela primeira vez na história a presença de corporações estrangeiras participando tanto do processo produtivo, quanto do processo administrativo das empresas de comunicação de massa no país. Isso é muito novo na nossa legislação, porque em nenhum outro momento essa participação era permitida. Eu levantei as constituições republicanas, desde 1891 até a última, e tive a preocupação também de ver um livro de um parlamentar, João Dória, que participou da

primeira CPI para investigar a presença do capital estrangeiro na mídia brasileira, em 1963. Lá a gente constata que essa preocupação dos legisladores, refletindo a composição social da sociedade brasileira, sempre tinha mantido como reserva de mercado este segmento, não tanto pela sua importância econômica, mas principalmente por sua importância política e social.

A Constituição de 1891, a primeira constituição republicana, não é muito clara em relação à imprensa, mas assegura que é de brasileiros natos a propriedade dos jornais e revistas que se constituirão como empresa no Brasil. A Constituição de 1934 é muito mais clara, surge em decorrência do movimento revolucionário de 1930, já refletindo os anseios de uma burguesia em ascensão, a burguesia industrial e comercial, em substituição à burguesia agrária e exportadora, que sempre estivera atrelada a valores muito conservadores. A Constituição de 1934 é bem forte ao assegurar esta qualidade imprescindível no controle das empresas de comunicação: a de que seria de brasileiros natos.

A de 1937, uma constituição meio esdrúxula que vem no bojo de algumas contestações que surgem ao regime de Vargas, curiosamente dá muita ênfase à esta questão do controle da mídia por nacionais e pelo Estado brasileiro. E assegura que a propriedade dos meios de comunicação de massa, ela já trata desta forma, é de brasileiros natos ou de partidos políticos. Os partidos políticos brasileiros poderiam ter meios de comunicação de mas-

sa. Isto reflete a importância que os regimes autoritários da época, inspirados no sucesso da Alemanha nazista, consagravam ao sucesso dos meios de comunicação de massa.

Posteriormente, a Constituição de 1946 amplia um pouco a questão da comunicação. Ela assegura a todos os brasileiros a liberdade de expressão, e [que] ninguém será punido por exercício de credo político, religioso ou filosófico. Depois, num parágrafo, ela remete à questão de ser brasileiro nato, exclui o naturalizado da propriedade dos meios de comunicação de massa. E este artigo irá gerar uma polêmica muito interessante, em 1952, 1953, que era o direito ou não de o Samuel Wainer de ser proprietário de um meio de comunicação, a *Última Hora*, que ele estava lançando no Rio de Janeiro. Ele era brasileiro naturalizado, não brasileiro nato: era bessarabiano, ou seja, judeu nascido na Bessarábia, e tinha emigrado para o Brasil quando criança. O Carlos Lacerda, que levantou a questão, amparava-se numa declaração do irmão do Wainer, que dizia que ele tinha nascido na Bessarábia. A celeuma jurídica continuou e o Wainer conseguiu provar que nasceu no Bom Retiro, e continuou com a *Última Hora*.

A Constituição de 1967, que vem já consagrando a visão política que os militares tinham da sociedade brasileira, mantém quase que os dispositivos da Constituição de 1946. Só não assegura, como a Constituição de 1937, o direito dos partidos políticos de terem um meio de comunicação, deixa ambígua esta questão. Mas assegura

que é de brasileiros natos a propriedade dos meios, e aí engloba toda a mídia: rádios, televisões, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação. A “Constituição Cidadã” de Ulysses Guimarães, de 1988, assegurava isto nas disposições do artigo 222. Portanto, essa proposta de emenda constitucional, que acabou sendo aprovada, franqueou esta possibilidade de termos aqui, pela primeira vez na história do país, à frente de algumas empresas de comunicação de massa, interesses multinacionais. Isso se dá num momento crucial, sobretudo para as economias das organizações privadas no Brasil que controlam os meios de comunicação.

Em 1963, quando foi instalada a primeira CPI sobre a questão do capital estrangeiro na mídia, por iniciativa deste deputado que era do PTB, o João Dória, havia ali toda uma idéia de defesa da soberania nacional e da cultura nacional, dos valores brasileiros que poderiam ser minados com a vinda de empresas estrangeiras de comunicação de massa que trariam um outro *ethos*, ou seja, atitudes diferentes em relação à cultura, à política e à sociedade brasileira. Este era um dos grandes argumentos para sustentar as CPIs que foram instaladas. A primeira, a do João Dória, era em relação à Abril. A Abril se instalou aqui como empresa jurídica tradutora de histórias em quadrinhos, as HQs. E o João Dória já via aí uma brecha que poderia, de certa forma, descaracterizar a cultura brasileira com a introdução destes quadrinhos. É muito interessante, porque o quadrinho dominante até

os anos 50 é o quadrinho nacional. Há os gibis estrangeiros, mas os quadrinhos que circulavam nas escolas eram *O Tico-Tico*, o *Sesinho*, e algumas adaptações de publicações estrangeiras, como as Edições Maravilhosas, que eram resumos em quadrinhos de clássicos.

O temor era de que a invasão massiva dessas histórias em quadrinhos americanas pudesse descaracterizar a nossa cultura. Os deputados que apoiaram a iniciativa do João Dória alegavam que o Grupo Abril vinha com capitais mafiosos, e que o antigo proprietário, Victor Civita, era italiano, naturalizado americano, e vinha para o Brasil com os direitos autorais de tradução e edição do Kings Syndicate, que controlava a maior parte das publicações em quadrinhos norte-americanas. Isto era temerário, mas a CPI tentou atuar, veio o golpe militar de 1964, e os trabalhos dessa CPI foram encerrados.

Concomitantemente a essa CPI, foi montada uma outra, por iniciativa do senador João Calmon: a CPI da *Time-Life/Globo*. Naquela época não eram Organizações Globo, era a empresa Globo, editora do jornal *O Globo*. Ela buscava cerca de 35 milhões de dólares de capitais estrangeiros para montar uma emissora de televisão. A legislação proibia, porque ainda vigia a legislação de 1946, muito clara na questão da presença do capital estrangeiro, e já tinha sido usada pela UDN para fazer o combate à *Última Hora*. Essa CPI instalada a partir da iniciativa do João Calmon também não prosperou, foi logo arquivada, e os militares deram impulso à iniciativa do

Roberto Marinho. Fizeram valer, de certa forma, os preceitos constitucionais, e ele conseguiu contornar esse impasse juridicamente.

Dizem que ele foi extremamente hábil para colocar meio à margem os interesses da *Time-Life*, embora tenha usado capitais de bancos americanos que vieram por meio do grupo, e montou a Globo que, com o apoio dos militares, converteu-se na empresa hegemônica na área de televisão. Desbancando a Record, que era uma empresa que de certa forma incomodava um pouco os militares, seja pelos conteúdos dos seus festivais de canção, que eram da MPB que vinha crescendo muito, e que no seu bojo tinha muita contestação ao regime, seja até pelas coberturas da própria Record. Na ocasião ela deu muito destaque ao movimento estudantil em 1967 e 1968. Antes do AI-5, que encerrou qualquer possibilidade de um encaminhamento semi-democrático, banindo até as oposições de direita que faziam crítica ao regime militar.

Então a Globo cresceu, tornou-se hegemônica, e converteu-se nessa organização que hoje domina o setor televisivo brasileiro. O que significa, em última instância, a aprovação dessa emenda constitucional que possibilita a participação de empresas internacionais nas corporações brasileiras de comunicação de massa? O perfil da economia mudou muito, principalmente nos últimos dez anos. Há uma imperiosa necessidade de atualização do setor editorial e do setor de comunicação de massa no Brasil, portanto aquele empenho

todo dessa burguesia nacional em defender o seu filão tornou-se letra morta, porque ela precisa de capital para se modernizar.

É um segmento que, pelo menos nos dois últimos anos, está em crise. A gente avalia o desempenho das empresas brasileiras segundo o critério da revista *Exame*, que é aceito pela contabilidade nacional e vários países adotam. Para avaliar o desempenho do fim do ano das empresas e principalmente das grandes corporações, coloca-se o lucro líquido sobre o patrimônio líquido. Se este resultado é inferior a 2%, a empresa está em crise, porque ela não consegue sequer acumular recursos para dividir entre seus acionistas ou tentar alguma inovação. Se ele se situa entre 2% e 5%, é uma empresa de baixo desempenho. Acima de 5% e até 10% é de médio desempenho, e acima de 10% é de ótimo desempenho.

As principais empresas de comunicação no país operaram com algo em torno de 5% a 6%, algumas até 10%, durante a década de 90. No final da década, vieram caindo, e nos dois últimos anos estão abaixo de 5%, algumas até no vermelho. A *Folha de S. Paulo* se aproximou do vermelho em vários momentos de 2001. Isso possibilitou, no Congresso, o prosperar dessa proposta de emenda constitucional. Há essa crise no setor, a necessidade de reposição de capitais, ingressando por alguns produtos de comunicação de massa.

Também está aí, num horizonte muito curto, a questão da televisão de alta definição, junto com os seus serviços e com o seu projeto. O go-

verno brasileiro vai ter que optar por um dos seus três modelos. A tecnologia binária tende a convergir para a televisão, e a televisão vai agregar não só produtos mediáticos como também uma série de serviços. No fundo, é um computador com uma boa capacidade de memória, que vai transformar o tempo real em tempo virtual. Cada um vai adquirir um *software* e adequar estes conteúdos arquivados às suas demandas, às suas preferências e,



**Borin**

além disso, terá outros serviços acoplados, como a Internet.

Estas empresas de comunicação de massa têm de se adequar a esta realidade. Se não o fizerem agora, certamente estarão excluídas do mercado futuramente. E daí esta busca de sócios, de parceiros no exterior. A legislação aprovada ainda é restritiva, não possibilita grande participação do capital internacional dentro das corporações brasileiras. Agora, nada impede que, por alguns arranjos contábeis, não se

venha a dar, na composição dessas futuras diretorias das novas corporações que vão se formar aqui, um papel predominante na indicação de cargos, na própria orientação editorial, na orientação dos produtos de mercado mediáticos que virão com este apoio de recursos. E aí é que mora o perigo, porque dar-se-á, seguramente, um reforço à colonização já existente. Por quê? Porque tudo vai ser adequado aos padrões tecnológicos e aos sucessos mediáticos cujos modelos são gestados no exterior.

Os *reality shows* estão obtendo altos níveis de audiência, acarretando até um voyeurismo que não era característico da sociedade nem da cultura brasileira, que é o patrulhamento da relação interna dentro de um apartamento ou de uma casa familiar. É, ainda, uma característica, porque não está totalmente destruída, da sociedade brasileira, de não nos imiscuirmos nas relações internas das famílias. E isso tem até permitido alguns problemas sérios, como a violência no lar. A mulher não denuncia. Por quê? É um pouco da nossa sociedade. Não estou dizendo que esta característica da cultura brasileira seja uma característica que a gente deva preservar, mas não acredito que com estes *reality shows* você vá contribuir para melhorar a cultura brasileira. Pelo contrário, a gente vai importar um lixo que é sucesso nas outras sociedades.

O governo nos deu como contrapartida o Conselho de Comunicação Social, que poderia exercer um papel mais vigilante nas qualidades desses produtos mediáticos

e nas concessões futuras. Mas não acredito muito que este Conselho tenha um papel ativo, capaz de se contrapor aos interesses comerciais e econômicos que são condutores de qualquer processo na escolha das composições societárias que virão e dos produtos mediáticos que serão oferecidos à sociedade brasileira.

## **JÚLIO BARTOLO**

### **“A Emenda chegou tarde, nada mudará. O capital estrangeiro quer sair da América Latina”**

Essa visão que o professor Jair nos dá leva a gente a uma conclusão óbvia, ou pelo menos nos induz a entender o Brasil como um país que há dois séculos se protege da invasão do capital estrangeiro no controle da mídia nacional. Eu não sou testemunha ocular da História, mas me lembro muito bem de que quando a *Última Hora* tinha seu melhor sucesso de circulação, e era um produto inovador, de alta qualidade, foi justamente quando se quis usar a proteção da mídia nacional de um estrangeiro, no caso o Samuel Wainer. Por trás disso, tinha a política nacional que não queria um veículo como o dele, que representava naquele momento, no final dos anos 40, início dos anos 50, uma proposta de um Brasil mais independente, um Brasil um pouco mais novo, um pouco mais denunciador das mutretas da política nacional.

Fui testemunha ocular do nascimento da televisão, ficava no muro olhando a televisão do vizinho, e me lembro muito bem de que, em 1965, quando se quis começar o projeto do Grupo Globo... A luta

contra o capital estrangeiro foi um motivo de *O Cruzeiro* não se desestabilizar. Entrei em *O Cruzeiro* como repórter em 1967, portanto eu tenho algumas conversas de corredor na minha cabeça, e o ânimo dos Diários Associados naquela época era não deixar outro grupo de televisão começar no país. Principalmente com a força de uma ajuda que foi o capital da *Time-Life*... Até hoje ficaram célebres as ocupações de mídia, todo dia você tinha um João Calmon [senador, um dos sócios majoritários dos Diários Associados] falando contra *O Globo*, e por trás tinha o cenário político. Eu diria que parte do golpe militar de 1964 via com bons olhos uma política nacionalista, de proteção, e naquela época deu muita força aos Diários Associados, que já estavam com dificuldades econômicas muito grandes.

Só para dar um exemplo, no 8º andar da sede de *O Cruzeiro*, que é onde ficava a redação, você tinha 12 quadros enormes do Portinari, que contavam de alguma forma a saga brasileira. Estes quadros hoje estão no Banco Central, protegidos num daqueles subsolos. É uma obra que nunca mais foi disponibilizada para a gente ver, mas era uma relíquia da qual *O Cruzeiro* teve de se desfazer para conseguir algum empréstimo bancário. Depois, eu participei de alguma forma de um grupo que se tornava então o mais poderoso, que era o da *Manchete*, da Bloch Editores, com alta penetração no mundo político de Brasília. Até hoje se diz que o apoio que o Adolfo Bloch deu a Juscelino converteu-se em uma gráfica e na importação de

equipamentos sem impostos.

O poder editorial brasileiro, essas famílias, foram montando essa estrutura editorial que sempre esteve a serviço de interesses muito mal delineados como interesses públicos ou do público, sempre foram interesses internos dessas organizações. Recentemente eu estava na *Veja*, fazendo todo o projeto de modernização da Editora Abril, no sentido de ela se incorporar no mundo digital de computadores e tudo mais, tentando mostrar ao jornalista que era importante caminhar para essa possibilidade de intermediar novas possibilidades de documentação, de buscar novos caminhos de múltiplas informações.

Naquela época, o investimento num departamento de pesquisa tomava verbas de *O Globo*, do *Jornal do Brasil*, todo grande veículo nacional gastava um dinheiro enorme em departamentos de pesquisa, que era a reunião de textos, fotos e gente especializada em manuseá-los, que dava ao jornalista condições de fechar uma matéria com o maior número de elementos possível. Os veículos de imprensa tentavam se modernizar para não perder mercado. Na época, o Grupo Abril ainda tinha para investir alguns milhões de dólares, como o *Estado de S. Paulo* e a *Folha*, para conseguir melhorar a qualidade, a rapidez, porque a dimensão das circulações se alterou radicalmente nos anos 80.

A Editora Abril tirava a *Veja* com 400 mil exemplares em 1983, 1984, e imaginava 2 milhões de exemplares no final da década. Isso só seria possível com instrumentos de operação modernos. Aí vocês

podem imaginar o que era importar um computador. Era proibido importar computador, nós tínhamos a reserva de mercado, um outro nicho de proteção que impedia o país nos anos 70 e 80 de avançar como deveria ter avançado.

Essa discussão de capital estrangeiro tem diferentes nuances conforme a atividade na mídia brasileira. Por exemplo: para espanto nosso, o ministro das Comunicações, na semana passada, num evento sobre televisão por assinatura, declarava que a Internet não é meio de comunicação, não é meio de radiodifusão. Internet, portanto, está fora de qualquer atividade, de qualquer legislação, no caso, seja o Código de Telecomunicações, seja a nova PEC. O que se percebe é que as empresas foram ludibriadas. O Laprovita Vieira, um deputado do partido do Maluf, da Igreja Universal, faz a proposta desta PEC, em 1995, tentando resolver alguns problemas internos em empresas de ponta: de televisão por assinatura, cabos etc. Empresas de comunicação que queriam entrar no mundo digital.

Todo mundo queria digitalizar os processos, todo mundo queria capital estrangeiro para poder investir no cabeamento das redes nas cidades, e a única empresa que tinha capital naquele momento era o Grupo Globo. Capital natural, porque uma televisão como a Globo consegue criar uma base de faturamento que gera, sempre, investimentos. O ano em que a Globo teve uma grande decepção foi agora, 2001: ela teve um lucro operacional de 21 milhões de dólares. Para você

ter uma idéia, o pior ano tinha sido o anterior, com 200 milhões de dólares — ou seja, ela conseguiu faturar apenas 10%. Graças a este faturamento de apenas 10%, a PEC foi aprovada. Quer dizer, na hora em que estes grupos maiores que não dependiam de capital estrangeiro perceberam que estavam correndo um sério perigo, todo o esforço foi feito para aprovar a emenda. A emenda foi aprovada depois que já passou o bonde.



**Bartolo**

Eu faço parte da ESPN, que é uma empresa dedicada ao segmento de esportes no mundo inteiro, começou em 1979, aproveitando o preço baixo de satélites para transmitir eventos esportivos nos EUA, e hoje está implantada em 180 países. A diferença é que, no Brasil, nós criamos uma ESPN do Brasil, como a MTV ali no Sumaré, que é nosso vizinho, criou uma MTV do Brasil, com formatos totalmente diferentes dos oficiais. O capital estrangeiro quer possibilidades de lucro. Ele

não vem preocupado com possibilidades ideológicas. A ideologia acontece por conseqüência. Dizer que demos ao “Homem-Aranha” a maior bilheteria do cinema brasileiro em um fim de semana significa dizer que a nossa sociedade é extremamente permeável ao produto estrangeiro.

A minha infância foi uma infância de Cavaleiro Negro, de Super-Homem. E nunca me senti muito infestado por isso, talvez tenha absorvido isso para enfrentar os americanos em reuniões de *board*, então parte dos meus superpoderes é usada para enfrentar americano que quer lucro a qualquer preço. A gente tem uma empresa que dá empregos a 300 pessoas, empregos diretos.

Portanto, só para concluir, a gente precisa olhar esse cenário do capital estrangeiro da seguinte maneira: chegou tarde, deveria ter acontecido dois, três anos atrás. Chegou em um momento em que o capital estrangeiro quer sair da América Latina. Ontem a Sky, que é um serviço de satélite, anunciou a saída da América Latina; a Fox anunciou a saída da América Latina; os grupos, nos seus *boards*, lá nos EUA e na Europa, olham a América Latina como um lugar de problema, não olham como um lugar de grandes vantagens. A necessidade agora é perceber que, mesmo apesar deste projeto, ficou o artigo 221, anterior ao que foi modificado, que é um artigo belíssimo, dá para a gente uma visão de país que nós todos sonhamos, de proteção à cultura nacional, de proteção do conteúdo nacional. Nada

vai acontecer, com essa mudança de agora.

Talvez consiga-se aprovar uma lei complementar em 2003 que vai tentar inutilizar o que foi aprovado agora. A nossa economia é pré-capitalista, é uma economia de insegurança. Fica, portanto, para 2003. Nada vai acontecer, e duvido que haja alguma mudança. As empresas sim, do ponto de vista da pessoa jurídica estão se recompondo. Você passa hoje na *Folha*, na *Abril*, na *Globo*, elas estão dando um jeito de abrir capital, de modernizar suas relações societárias, porque todas são empresas familiares — dá lucro, dá prejuízo, sai do mesmo bolso. Esta é uma mudança que está se observando agora, depois da aprovação dessa emenda constitucional.

---

## **VENÍCIO LIMA**

### **“Os jornalistas têm algo a ganhar com a Emenda 36? Os autores de conteúdo? Acredito que não”**

Eu queria trazer uma visão mais de conjunto, colocar a Emenda Constitucional 36, que estamos discutindo, dentro de uma perspectiva do que está acontecendo no país e no mundo, e as repercussões específicas na nossa área, na mídia de um modo geral. Se a gente pensar dessa forma, a aprovação dessa emenda não chega a ser uma surpresa, se a gente ver os movimentos que têm acontecido no Brasil, tudo a partir da posse do presidente Fernando Henrique em 1995. Fazia parte de sua proposta de governo uma série de medidas, principalmente na área de comunicação, que no discurso

oficial colocariam o Brasil em sintonia com o que estava acontecendo no resto do mundo.

Tenho tentado, ultimamente, trabalhar com uma questão que é de que forma a globalização chegou ao Brasil nesta área. Se a gente pensar em termos de quatro dimensões fundamentais, a globalização manifesta-se na área de comunicações sobretudo em relação às transformações tecnológicas, que são universais, embora nós não detenhamos o controle do processo (mas ninguém precisa andar de avião para sofrer as conseqüências do transporte aéreo, por exemplo); manifestam-se na dimensão da legislação, e neste caso o Brasil tem sido até mais rápido nessas mudanças do que outros países que inicialmente propuseram a desregulamentação do mercado na área; manifestam-se na área da economia política, onde há uma concentração da propriedade sem precedentes, não só na área, mas na economia de modo geral — e isto é um fenômeno só brasileiro; e manifestam-se, também, no nível dos atores, dos grupos de interesse que fazem parte do jogo fundamental do setor. Se a gente pegar especificamente essa dimensão, a dos atores, era previsível (como está acontecendo em vários setores econômicos) que os atores internacionais, mais cedo ou mais tarde, viessem a ter permissão formal, através de uma emenda constitucional, de participar formalmente das empresas de comunicação no Brasil.

É importante — e isso é um aspecto nem sempre lembrado — dizer que, em algumas áreas do setor

de comunicação, essa presença já era legal há algum tempo. Na televisão a cabo, por exemplo, a presença do capital estrangeiro, desde a Lei do Cabo, que é de janeiro de 1995, é possível até 49% do capital. E nas áreas de MMDS e de DTH, esse capital já pode ser presente em 100%. Essas duas áreas, aliás, não são reguladas por leis específicas. Então, esta alteração constitucional faz parte de uma lógica que avança e que, em certo sentido, se universaliza, que é a lógica de expansão do capital. Está acontecendo no Brasil, na área de comunicação, como se manifesta em outras áreas.

A grande questão que nos interessa, a nós que somos da área, é saber quem se beneficia com isso: quem é que ganha com isso, a que interesses servem essas modificações. Para não fazer a conversa muito longa, vou tentar responder do ponto de vista de quatro áreas. Dos trabalhadores do setor — nós, por exemplo, jornalistas; dos “consumidores de comunicação”; das empresas de comunicação, cujo ponto de vista foi muito bem expresso aqui pelo Júlio; e pela sociedade brasileira como um todo, que em parte a resposta já foi dada pela excelente colocação histórica que o professor Borin fez, mostrando a tradição constitucional, inclusive, que nós temos nessa área.

Do ponto de vista dos trabalhadores do setor, o que é que se pode antecipar com relação às conseqüências da Emenda Constitucional 36? Os jornalistas têm algo a ganhar com isso? Os autores de conteúdo brasileiros têm algo a ganhar com isso? Os técnicos de estúdio, as

peçoas que fazem cenografia, as peçoas que trabalham na produção nacional de conteúdo para mídia, os gráficos, têm algo a ganhar com isso? Acredito que não. Por quê? A Editora Abril, recentemente, fez um corte que resultou na demissão de mais de 1.000 trabalhadores. Uma das conseqüências bem objetivas que o possível aporte de recursos externos traz para os trabalhadores da área é que eles vão perder o emprego. E isso já está acontecendo. Tenho uma certa dificuldade de imaginar que essa entrada de capital pode aumentar a oferta de emprego na área, não consigo ver como.

Do ponto de vista dos “consumidores de comunicação”, que é uma linguagem mais apropriada para um publicitário, esse não é o meu caso, mas vamos raciocinar um pouco em termos de consumidores de comunicação: de que forma a gente pode prever alterações no conteúdo das mensagens que vão ser consumidas? Num certo sentido, o professor Borin também já mencionou algumas possibilidades. Com toda certeza, se houver aporte de recursos estrangeiros, como espera-se que haverá, esses recursos facilitarão a entrada do conteúdo importado que, em alguns casos, como por exemplo a televisão paga, é de 100% em alguns canais. Esse conteúdo é oneroso, muito oneroso, porque é pago em dólar. E o dólar sofreu uma grande valorização.

Se você tem capital estrangeiro e, se ele for, como se espera também, de grupos que já são do setor, provavelmente essa entrada de programação estrangeira vai ser

facilitada em termos de pagamento. Então, o que provavelmente vai acontecer é que nós teremos mais presença de conteúdo não brasileiro na mídia brasileira. Do ponto de vista dos consumidores, provavelmente nós vamos consumir mais... na minha época era *western*, a gente ia na matinê para ver o pessoal mantendo índio no Oeste americano. Cresci com isso aí, e as crianças de hoje crescem com outras coisas. Se bem que podem crescer também com o conteúdo nacional que te-



**Lima**

nha características não brasileiras, embora seja nacional. É o caso dos *reality shows*, como lembrou o professor Borin.

Vamos ver do ponto de vista das empresas de comunicação. Aí sim, certamente, elas se beneficiam. Não há nenhuma dúvida. *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial no dia 30 de maio, no dia seguinte à aprovação da emenda, muito interessante, porque reafirma as posições que já vinham sendo defendidas há

algum tempo, mas diz com toda clareza que a emenda abre a possibilidade de capitalização de recursos e de modernização tecnológica. É interessante que muitos setores da economia nacional temem a entrada do capital estrangeiro porque temem perder o controle da área, temem desaparecer. Na área da mídia há uma busca destes recursos, eu não compreendo muito bem isto. Depois, do ponto de vista da dimensão estatística da década de 90, do final da década de 90, e do que está acontecendo agora, existe uma coisa muito interessante. Essas empresas estavam e estão com problemas financeiros. É preciso dizer que elas estavam e estão com problemas financeiros por opções estratégicas empresariais de aposta num modelo, que é um modelo neoliberal brasileiro, que elas fizeram, não fomos nós que fizemos.

Elas toda a vida defenderam o modelo implantado no país, e caíram no buraco que elas próprias cavaram. É curioso, como já foi dito aqui, que até dois anos atrás as Organizações Globo, nas palavras do próprio relator da emenda na Câmara, deputado Henrique Alves, impediam a tramitação da emenda. No entanto, como a Globo Cabo entrou em crise financeira aguda, houve uma mudança de posição. Quando a Globo, que como todo mundo sabe consegue mobilizar a vontade política interna no Congresso melhor do que qualquer partido no Brasil, resolveu apoiar a emenda, a emenda começou a andar de novo e acabou sendo aprovada.

O curioso é o seguinte: do pon-

to de vista empresarial, a crise da Globo manifesta-se sobretudo em cima da Globo Cabo, um setor onde já é possível a entrada do capital estrangeiro em até 49%. Então o raciocínio de que a entrada do capital estrangeiro vai resolver o problema financeiro dessas empresas é, pelo menos para mim, paradoxal, porque ali já poderia ter 49% de capital estrangeiro. Como tem capital público: a Globo Cabo, desde o princípio, teve dinheiro do BNDES, e agora tem de novo. Um aporte de recursos de mais de 200 milhões de reais. O que deu, inclusive, certa celeuma.

Na verdade, essa Emenda é o agrupamento de duas propostas iniciais. Uma delas defendia interesses já mencionados aqui, e queria, na verdade, permitir a entrada das pessoas jurídicas, porque a tradição brasileira é de empresas familiares. Por isso a grande mídia brasileira ainda é familiar, porque as empresas não podiam abrir o seu capital para pessoas jurídicas, não podiam vender ações no mercado etc. Essa proposta foi anexada à proposta do então deputado Aloísio Nunes. Ele sim, tinha feito a proposta de abertura do capital das empresas ao capital estrangeiro em até 30%. De qualquer maneira, não há dúvida de que a possibilidade de entrada de capital estrangeiro beneficia as empresas. Tanto é que, se a gente fizer um exercício simples de ver quem apoia e quem é contra a emenda, quem foi a favor e quem foi contra, maciçamente as representações empresariais, as empresas de mídia, apoiaram. Elas fizeram inclusive, muito bem articulada, a agenda de mídia, o suporte à aprovação dessa emenda, com matérias, coberturas

falando da modernização, enquanto as vozes contrárias foram muito pouco ouvidas, tiveram muito pouca presença na mídia neste período.

E na questão da modernização tecnológica, que o editorial do *Estado* lembra também, não há dúvida de que vai haver, sobretudo com a digitalização chegando completamente à produção de televisão, necessidade de recursos. Estas empresas precisam de mais capital, então não há dúvida de que por aí também as empresas terão possibilidades de obter vantagens. Agora, e a sociedade brasileira como um todo? Aqui, antes de responder, eu queria colocar como pressuposto o seguinte: sou daqueles, se bem que reconheço que minha posição é cada vez mais minoritária, que ainda acham que o interesse privado não necessariamente coincide com o interesse público. O interesse do sucesso das empresas no mercado não necessariamente pode ser equacionado como interesse geral, como interesse público, não é? Podem coincidir, mas não necessariamente.

Se o argumento a favor das empresas que estão em crise financeira for feito e for aceito, tudo bem. Agora, não necessariamente eu aceito *a priori* que isso signifique também que o interesse das empresas coincide com o interesse público, com o interesse geral. É importante que a gente faça essa preliminar, já tive até a oportunidade de desenvolver isso melhor num capítulo aqui desse meu livro [*Mídia e Política no Brasil*]. O que está acontecendo no Brasil, em particular no setor de comunicações, é que a formulação de políticas na área passou a tomar como pres-

suposto que esses interesses coincidem. E que estes interesses coincidem não só com relação à empresa nacional, mas também com relação ao capital estrangeiro.

Se a gente vier, por exemplo, a acompanhar o processo de elaboração da LGT, da Lei Geral de Telecomunicações, quem foi que assessorou, e quais foram as diretrizes seguidas, então fica absolutamente claro o pressuposto de que essas coisas coincidem. Vi há pouco tempo também um editorial dizendo que o Brasil estava tão atrasado nessa área que somente o Líbano e o Uruguai não permitiam a presença do capital estrangeiro nas empresas de mídia. É verdade. Só que os países que admitem a presença do capital estrangeiro na mídia têm uma série de salvaguardas que o Brasil simplesmente não tem. Eu poderia enumerar uma série delas.

O Brasil é um dos poucos países onde praticamente não há nenhuma forma de controle social do setor. Com todo o respeito pelo Conselho de Comunicação Social, que é uma luta importante, ele acabou sendo conseguido agora, do meu ponto de vista, de uma forma equivocada. Dizem que ele participou de uma barganha pela aprovação do capital estrangeiro. O Conselho de Comunicação Social é um órgão auxiliar do Congresso Nacional, não é normativo, não é propositivo, não tem poderes de interferir de fato na área, a não ser pela possibilidade de ele gerar sua própria importância, pelo debate, pela proposição de idéias, mas é meramente um órgão consultivo.

Valeria a pena, para quem tiver interesse, olhar como foi o processo

dentro da Constituição de 1988, para a criação deste conselho. Foi tão complicado, que a Subcomissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia, e depois a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, foram as duas únicas que não tiveram acordo com o relatório final a ser enviado para a sistematização, tamanha era a resistência do que na época se chamava de grupo da comunicação, coordenado diretamente pelo então ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, contra a criação de qualquer forma de conselho. Acabou sendo este, porque era um conselho que na época acreditava-se ser inócuo. Até porque, depois da regulamentação aprovada, em 1991, demorou 11 anos para a sua primeira implantação, numa barganha como essa.

Mas eu estava dizendo o seguinte: os países que possibilitam a entrada do capital estrangeiro têm controle da propriedade cruzada, o Brasil não tem nenhum. O mesmo grupo pode ser dono de rádio, de televisão, cabo, jornal e revista, no mesmo mercado. Não existe nenhum outro lugar do mundo onde isso é possível. Alguém poderá dizer: isso está mudando. É verdade. Nos EUA, depois do *Telecommunications Act*, de 1996, isso está mudando, mas não mudou ainda. Proprietário de jornal não pode ter emissoras de televisão e rádio no mesmo mercado, ainda não pode. E há uma série de outros limites. Isso tudo resulta numa concentração da propriedade, e neste ponto o Brasil é um exemplo universal. Temos historicamente uma concentração muito grande da propriedade nos principais meios de comunicação.

Não temos praticamente legislação nenhuma na área da comunicação de massa eletrônica, porque o Código Brasileiro de Telecomunicações está completamente caduco, as alterações praticamente não são seguidas, as propostas de lei nessa área que foram prometidas desde o início do governo Fernando Henrique através do ministro Sérgio Motta nunca aconteceram. Outra coisa importante é que, do ponto de vista empresarial, essa discussão sempre é feita considerando apenas a dimensão econômica, enquanto nós todos sabemos, e os empresários sabem melhor do que nós, que a área de comunicação é extremamente sensível e importante, exatamente pela dimensão não econômica que contém.

Por que é que a norma constitucional brasileira sempre protegeu a propriedade dessas áreas? Porque, além do fator da dimensão econômica que é importante, tem uma dimensão cultural, simbólica, de representação de identidade, que é inegociável, não tem preço. Se você abdica disso, está abdicando de sua identidade. Está abdicando do que nos constitui como sociedade. Esse aspecto não tem estado presente na discussão.

---

### **ETHEVALDO SIQUEIRA**

#### **“Não há coisa mais desnacionalizante no conteúdo que a mídia eletrônica brasileira, tv a cabo e aberta”**

Eu gostaria de falar sobre aquilo que não foi dito. O processo de globalização não é um processo que começou no século XX. Se voltarmos

às grandes navegações, é evidente que era outra globalização, mas era globalização. Em antropologia nós discutimos a difusão de cultura através do mundo, e antropólogos, eu citaria a Margareth Mead, levantaram uma série de fábulas que existiam na Austrália, na África, nas Américas, e até na Sibéria, com o mesmo modelo. Quer dizer, alguma forma de comunicação ocorreu, no passado, há evidências de que houve um contato muito grande, nós imaginamos que navegantes chegaram antes de Cabral no Brasil, e antes de Colombo também. O macarrão, que é chinês, é um símbolo da comida italiana hoje, não? A pólvora chegou à Europa vinda da China, onde até então não era utilizada como produto bélico, era para fogos de artifício.

Todo este processo de difusão do conhecimento, da cultura das técnicas, por exemplo, caracteriza um processo de globalização. A palavra é moderna, mas o processo é histórico de muitos séculos. Quando falamos em identidade cultural, e queremos preservar a nossa instalando barreiras, isso é de uma ingenuidade brutal, a meu ver. O mundo não pode criar barreiras à interpenetração da cultura. O que diferencia, realmente, é que há fontes emissoras de cultura muito mais poderosas do que a nossa, e a nossa grande capacidade de preservar nossa identidade deveria ser feita na área do apoio à cultura brasileira. O que fez o Monteiro Lobato, por exemplo, criando figuras, personagens que eram de uma contribuição fantástica na cultura brasileira. E nós não ficamos menos brasileiros porque

gostávamos do Capitão Marvel, do Super-Homem. Não vejo como. Não sou menos brasileiro porque li fantasias estrangeiras.

Os contos de Grimm não me desnacionalizaram, quer dizer, a Branca de Neve e os Sete Anões, num país onde não há neve... nós ouvimos isso tudo, e não houve nenhum crime do ponto de vista cultural porque ouvimos histórias que não eram brasileiras. Em 1964, a gente condenava uma cartilha que dizia “vovó via a uva”, e no Nordeste não existia avó, porque se morria aos 40 anos de idade, e não tinha uva, está certo? Hoje tem. Hoje tem vovó e tem uva. O que vejo é o seguinte: achar que o capital estrangeiro vai escancarar este país para a invasão de material internacional e estrangeiro é uma grande ingenuidade, porque esse país já foi absolutamente inundado, não há coisa mais desnacionalizante no seu conteúdo do que a mídia eletrônica brasileira. A eletrônica, principalmente a televisão a cabo e a aberta. “Big Brother” não é uma concepção brasileira, ele está sendo produzido no Brasil com um modelo completamente importado. O SBT fez, também, a “Casa dos Artistas”, que foi acusado de plágio. Então, dizer que o perigo está no capital estrangeiro... não tem perigo nenhum!

Talvez agora é que nós vamos ser muito mais eficazes em proteger a cultura nacional. Se nós falamos de comunicação, falamos simultaneamente de três aspectos. Primeiro é o da informação. A notícia é a coisa mais globalizada desde que foi produzida em qualquer lugar do mundo. Segundo, é o entreteni-

mento. Eu não sei que mal podem ter causado os filmes de Chaplin para mim. Pelo contrário, como ser humano eu me enriqueci culturalmente, eticamente, desde quando eu aprendi a ver cinema até quando assisti aos filmes de Chaplin. As portas do país têm que estar abertas para a cultura, para a informação e para o entretenimento. Outra coisa é fazer a lavagem cerebral ideológica. Que eu nunca disse que é feita simplesmente através do capital. O capital não tem ideologia e não tem pátria, está certo? O que ele tem são representantes aqui. E estes representantes é que têm um comportamento, está certo?

Se a barreira ao capital estrangeiro criasse um país com uma identidade perfeita, e impedisse a entrada de todo esse lixo cultural que a gente está vendo, o Brasil estaria felicíssimo. O que está ocorrendo é que nós descobrimos que, num mundo globalizado onde se diz que acabavam-se todas as barreiras do ponto de vista de proteção, pelo menos do lado brasileiro isso é verdadeiro. Estamos tentando derrubar reservas de mercado, a última reserva de mercado que existia era esta. Nós tivemos a de computadores, no passado. Nós tivemos a das telecomunicações, até que se fez uma emenda constitucional em 1995.

Trabalhei com Sérgio Motta durante todo o período em que ele viveu. Ele sonhava com uma lei de mídia eletrônica, e deixou um grande projeto, ainda que fosse um esboço, mas que nunca foi levado adiante pelos seus sucessores. Sérgio Motta dizia: “Temos que come-

çar fazendo aquilo que é mais fácil de ser feito”. É muito mais fácil quebrar o monopólio das telecomunicações. Porque o fato é que este país não tinha telecomunicações. Em 1995, neste país, para cada 100 habitantes, existiam 7,8 linhas. Hoje são 30, só em linhas fixas. Se nós somarmos a massa de celulares com as linhas fixas, tínhamos 14 milhões em 1995, e temos hoje 80 milhões.

Hoje o país tem telecomunicações à altura do seu PIB, da magnitude demográfica e econômica. Ele pode se modernizar. Este país tem 40 mil km de cabos de fibra óptica, com um grau de utilização de apenas 5%. A ociosidade é de 95%. Outro problema é que há uma crise que levou as empresas de mídia eletrônica e mídia impressa no país à situação de hoje. Não é uma crise apenas brasileira. Não é fruto apenas de um modelo neoliberal. É fruto de uma crise global, está certo? Sabemos o que foi a bolha da Internet, a que loucura ela levou em termos de investimentos. Pensava-se que os jovens de 17 a 18 anos pudessem ficar milionários em um ou dois anos. Alguns ficaram.

Fui convidado pelo Marcos Moraes a ser sócio dele em 1997, quando eu dirigia a RNT, Revista Nacional de Telecomunicações, cuja editora eu fundei, e pela inviabilidade econômica que eu já encontrava de 1992 a 1995 — no governo do Itamar Franco, por ter combatido o monopólio estatal das telecomunicações, eu recebi a maior retaliação que uma empresa estatal já fez a uma revista. Não só cortando os anúncios, mas também incentivando todos os anunciantes dos quais a

Telebrás era a única compradora [a tomar a mesma atitude]. Uma empresa que fabrica cabos telefônicos só pode vender para a Telebrás, no esquema do monopólio. Assim, fomos estrangulados como revista.

O capital estrangeiro já está na mídia há muito tempo, e eu digo o seguinte: para mim foi simplesmente me livrar de uma dívida que estava próxima de 2 milhões de dólares. Quem não tinha um patrimônio nem de 100 mil dólares, como eu não tinha, tinha uma dívida. Alguém que fundou uma revista, com a cara e com a coragem, manteve essa revista por 22 anos, teve que entregá-la. Essa revista teve um papel, debateu durante 22 anos. Não se mencionou, a não ser de passagem, pelo Venício, o Código Brasileiro de Telecomunicações. Na súmula histórica do Jair, este código teve um papel muito importante. Ele resultou exatamente de uma crise com a mídia, quer dizer, o Jânio Quadros mandou lacrar a Rádio Jornal do Brasil por ela ter divulgado notícias que ele considerava não só falsas como ofensivas em 1961.

Isso mobilizou toda a radiodifusão brasileira, porque o livre-arbítrio de uma entidade não foi respeitado, o Brasil não tinha um ministério para as comunicações, tinha o Contel, Conselho Nacional de Telecomunicações. Era extremamente ditatorial e autoritário, e funcionava de acordo com os interesses do presidente de plantão. E daí nasceu o Código Brasileiro de Telecomunicações que é um dos códigos, na sua ética, mais avançados. Ele foi votado democrática-

mente pelo Congresso em 1962, e eu participei, eu era muito jovem. Observem que esse código previu a existência da Embratel, através dele se criou, realmente, uma primeira estatal de telecomunicações, quando o país não tinha nada, não tinha política. Pela primeira vez o país fez uma opção dizendo: a iniciativa privada pode ser proprietária dos meios de comunicação eletrônica, do rádio e da televisão, que era



**Siqueira**

uma coisa nascente em 1962.

Não se falava em comunicação via satélite, no entanto, politicamente, ele caracterizou bem. O Estado tomaria um papel predominante na infraestrutura de telecomunicações, enquanto a iniciativa privada teria plena liberdade de atuar, de ser dona das emissoras de rádio. As constituições, como o Jair disse, já todas previam que a propriedade da mídia, seja eletrônica, seja mídia impressa, era exclusiva de brasileiros natos, ou naturalizados, na última fase. O

que não impediu que o senhor Victor Civita fosse o fundador de um dos grandes grupos aqui, está certo? Ele não é brasileiro nato nem naturalizado. Como o Samuel Wainer também não foi. Era uma bobagem essa discriminação de onde nasceu o dono daquilo.

Grupos familiares dominam um dos maiores jornais do mundo, ainda hoje. O *New York Times* é um jornal familiar, o *Chicago Tribune* é um jornal familiar. A grande mídia eletrônica não. Nos EUA tem uma diferença, porque lá a propriedade cruzada tem sido proibida. No Brasil nunca houve isso. A grande falta que faz a este país, muito mais do que um Conselho simbólico que existe simplesmente para dar palpite, é uma lei de comunicações eletrônicas de massa muito mais séria, e darmos a uma entidade como a Anatel o mesmo papel que têm as grandes agências do mundo. Verdade que por mais ambicioso que seja o projeto da Anatel hoje, ela está circunscrita às telecomunicações como telefonia, transmissão de dados. No máximo ela chega na parte técnica da televisão por cabo. Não define concessões, estabelece apenas normas para frequências etc.

Quem dá concessões ainda é o Ministério das Comunicações. Estávamos no começo de uma reforma, que, após a morte do Sérgio Motta, foi absolutamente paralisada. E isso é surpreendente. A Rede Globo, o Grupo Globo, participou de uma reunião, de um seminário muito restrito, feito com o Pimenta da Veiga [*ministro das Comunicações, sucedeu Sérgio Motta no cargo*] no início da gestão

dele em 1999, exatamente em abril de 1999. Fui convidado a participar e testemunhei o discurso que o sr. Evandro Guimarães [executivo das Organizações Globo] fez lá, condenando de uma maneira absoluta qualquer idéia de participação do capital estrangeiro na mídia brasileira. E ridicularizando a todos nós que não concordávamos com ele, e manifestávamos surpresa. Ele dizia que estava defendendo a identidade cultural brasileira.

A Globo defende isso, embora a Globo tenha uma produção de conteúdo nacional respeitável, não vamos ignorar a realidade. As novelas, as minisséries e os documentários feitos pela Globo eu não vejo em nenhum outro grupo de televisão. Que acontece? O Júlio já mostrou bem. Enquanto a Globo tinha uma lucratividade única, ela jamais imaginaria a hipótese de o capital estrangeiro entrar para fortalecer os concorrentes. Era um interesse puramente de disputa de posições. Ela falava em nacionalismo, soberania, cultura, todos os substantivos abstratos mais empolgantes. De repente, vimos nos anos de 2000 e 2001 a queda da bolha da Internet e a imensa crise mundial de telecomunicações.

O valor das ações de telecomunicações era de 3,4 trilhões de dólares no início do ano 2000. Hoje é de 1,3 trilhão de dólares. Ou seja, é um terço! Isso evaporou, e significou a demissão de 1 milhão de profissionais. É uma crise global. É preciso que, se um país tem as dimensões que o Brasil tem, ele se defenda do lado absolutamente selvagem da globalização. Nós temos que tentar



**Estudante intervém no debate**

ocupar alguns espaços, quer dizer, a queda das barreiras para os nossos produtos, por exemplo, segue dentro de uma globalização que não seja tão assimétrica. Quando o Júlio disse que nada vai mudar, estou absolutamente de acordo. A Globo é uma empresa muito especial, que está sendo vista por algum grupo que vai aportar 30% do capital. É muito pouco. Ele vai ter que aumentar esse capital, e muito. Vai elevar esse capital e ficar com 30% de uma coisa expressiva. Empresas como as grandes editoras de jornais deste país, como a *Folha de S. Paulo*, que está em dificuldades, *O Estado de S. Paulo*, que está em dificuldades, ou *O Globo*, que está em dificuldades.

O Grupo Globo, por exemplo, conseguiu uma “maravilha”, habilidade de negócios, vendendo o portal de Internet *Globo.com* para os italianos por 815 milhões de dólares. Eu, se fosse italiano, daria um tiro nessa empresa. É um desastre. A Globo Cabo foi uma associação com Microsoft. Foi um desastre, está sendo um desastre, como to-

dos os negócios de fibras ópticas no Brasil. Então, o que um Estado pode fazer? A criação de uma grande lei, com poderes de fato?

Eu levei queixas ao ministro das Comunicações, e ele disse: “Que é que eu vou fazer?” Se ele me pergunta o que vai fazer diante da baixaria na mídia... eu levei apenas um videocassete mostrando o que o Ratinho estava fazendo naquele momento! Não há nada o que fazer. O que é que falta? Além desta lei, a única maneira de se criar uma cultura nacional é ela realmente ser prioritária nos nossos projetos, ou seja, na Universidade, nos governos e todas as associações, e por dentro dos próprios jornais. Quem vai fazer isso são vocês. Nunca ninguém me disse, em 35 anos de jornalismo, que eu devia enxertar alguma idéia nas entrelinhas, de conteúdo anti-nacional, ou de qualquer sentido ideológico. Vocês vão viver com este cenário, e o mundo não tem mais espaço para reserva de mercado. É possível criar, agora, as salvaguardas, estas sim. O mundo inteiro está se liberalizando no ritmo que eles

acham conveniente, conforme seus interesses, montando as salvaguardas que eles acham mais adequadas.

**Pomar-** Vamos abrir para intervenções do plenário, e antes eu só queria dizer que o Sindicato dos Jornalistas foi convidado para participar desta mesa e, infelizmente, não enviou ninguém. É uma pena, porque, como já foi levantado aqui, isso diz respeito aos trabalhadores da comunicação.

**Carlos Juliano, estudante-** Eu gostaria que fosse mais esclarecida a composição do Conselho de Comunicação Social, até porque recentemente houve a eleição e saiu no jornal, da parte da sociedade civil foram eleitos até alguns jornalistas, então eu quero saber se essa entidade é legítima e de que forma se põe esse Conselho de Comunicação Social, haja vista que grande parte das pessoas que o compõem são donas de grandes meios de comunicação.

**João Montenegro, jornalista-** O problema não é a mídia “ponto com”, o problema é a “telecom”. Estão enterrados milhões de dólares nos subterrâneos deste país, que são exatamente os cabos de fibra óptica. O que eles tinham previsto só para este ano nessa área é 600 milhões de dólares. Então o que a Globo está fazendo? No ano passado houve um encolhimento do mercado publicitário, mas a Globo, apesar de ter faturado menos em números absolutos, aumentou a participação dela no bolo. Então continua operando em boas condições. E o que ela faz hoje com os trabalhadores? Em matéria de

## COMO FICA O ARTIGO 222 APÓS A APROVAÇÃO DA EMENDA 36

Aprovada a Emenda Constitucional 36, em 28/5/2002, o artigo 222 da Constituição Federal passou a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§ 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantira a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais.

§ 4º Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º.

§ 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional.” (NR)

mandar as pessoas embora, ela fez ao contrário da Abril. Se você for somar o número de jornalistas em quatro anos, ele aumentou. Agora, a média de salário do jornalista baixou de uma maneira extraordinária. Hoje nós temos editores de texto na Tv Globo — posição de elite em qualquer redação, seja jornal, seja revista — ganhando 1.500 reais, pouco mais do que o piso da categoria, que hoje na área de rádio e televisão é 1.300 reais. Então esse trabalho de enxugamento quem comandou foi a Tv Globo. Hoje os jornalistas da Tv Globo não conseguem, na discussão da database, obter um índice equivalente à inflação.

As outras empresas, que faturam bem menos, como a Record e o SBT, concordam em dar a infla-

ção. A Globo não concorda. Por quê? Eles estão juntando dinheiro na Rede Globo, vamos dizer assim, para tentar cobrir o buraco na Globo Cabo, nos cabos de fibra óptica. E o que pretendem com o capital estrangeiro, se o capital estrangeiro já podia entrar nessa área? É que o capital estrangeiro não se interessa em entrar. Eles vão

**JAIR BORIN**  
 “A televisão  
 não é inofensiva,  
 ela impõe padrões  
 culturais de forma  
 muito rápida”

entrar para cobrir um buraco de 600 milhões de dólares? Não, eles vão entrar em uma empresa lucrativa como a Rede Globo.

Então estão usando o capital da Rede Globo para cobrir o buraco da Globo Cabo. A explicação para a Globo ter, de uma hora para outra, passado a defender o PEC é esta.

**Siqueira-** Além da presença do Sindicato, que seria extremamente oportuna, necessária, aqui, neste debate, a outra presença seria o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, liderado pelo sr. Daniel Hertz em Porto Alegre, um gaúcho que lutou sempre pelas teses, a tese do Conselho de Comunicação Social é dele. E foi ele quem conseguiu, não sei se foi ele que fez uma barganha lá. É bom saber que a oposição maciçamente aprovou este projeto, que contrariava toda as suas posições anteriores. Mas era importante a gente reunir aqueles que são atores nesse processo. Que são parte interessada diretamente nisso. Principalmente a posição do Fórum do Daniel Hertz, que era absolutamente contrária a este capital estrangeiro na mídia brasileira, baseado nos argumentos tradicionais.

Sobre a primeira pergunta, que foi focalizada no Conselho: do jeito

que está, com a sua composição, eu não conheço nenhum conselho que, como órgão atuante, tenha tido um papel importante neste país. Eu dou a minha mão à palmatória. Alguém se lembra de algum conselho que tenha participado de uma maneira realmente conseqüente como órgão administrativo neste país? O Conselho não vai fazer nada do jeito que está. Não tem poderes, e o modelo de funcionamento, o formato administrativo dele não vai levar a coisa nenhuma.

**Borin-** Bem, na questão do Conselho eu concordo com o Etevaldo. Não conheço nenhum conselho, e eu já acompanhei vários e integrei alguns, que funcione. No máximo, alguns conselhos editoriais ainda têm um interesse comum e acabam dando uma pequena contribuição. Conselhos quando são mais sociais e mais amplos não funcionam. Eu queria retomar algumas questões bastante pertinentes. As empresas estão em crise justamente por tentativa de ampliação de seu mercado fora da área mediática, não dentro da área mediática. Embora hoje a área mediática também esteja em crise em alguns setores, principalmente nos meios impressos.

Depois, a solução para este problema passa, eu diria, por um programa de governo. A pesquisa no último censo revelou que 45% das famílias brasileiras ganham renda média mensal de até dois salários-mínimos. Fora os 36 milhões de miseráveis, que não têm um dólar por dia. Não dá para manter nenhuma mídia bastante lucrativa e tampouco os produtos não mediáticos, ligados à questão

da telefonia. E a crise foi por aí, porque cada empresa tratou de criar sua estrutura de fibra óptica, a sua infra-estrutura para operar num mercado extremamente receptivo. [*Dirigindo-se a Siqueira*] Você colocou no seu artigo de domingo no *Estadão*: 10 milhões de linhas paradas, sem assinantes. Por que não tem assinantes? Porque não tem poder aquisitivo. Não tem 20 reais por mês, oito dólares, é ridículo você dizer que oito dólares é padrão impeditivo para você ter uma linha telefônica, e é esta a realidade brasileira.

Então passa por uma mudança da economia e no mínimo um plano econômico capaz de resgatar níveis salariais. Os níveis salariais despencaram na última década, em todos os setores. O nosso se manteve até 1998, 1999. De 2000 para cá veio a despencar. Aí entra a questão da bolha dos produtos ligados a serviços de Internet, à mídia digital, e sobretudo suporte de sites na Internet. Que venderam uma ilusão e acabaram caindo. Agora, esta ilusão é típica da sociedade capitalista. E aí, Etevaldo, você me permita dizer que o problema da desculturalização é um problema real e concreto. Chaplin trabalhou com valores mundiais, a questão da ética, da solidariedade, do amor, do respeito pelo próximo. Eles estão contidos em todos os filmes dele. Agora, você tem os milhares de enlatados que trouxeram para o país uma cultura consumista americana que está aí, que influenciou, vou tomar só um aspecto, a questão do consumo.

O hábito alimentar é ditado cul-

turalmente, em todos os países do mundo. E você mudou o hábito alimentar do brasileiro nos últimos 20 anos com as redes de McDonald's, Bob's, etc., e entrou num esquema de obesidade num país onde a renda para o consumo é baixa, onde você tinha uma dieta alimentar equilibrada, em cima, sobretudo, de fibras naturais. Todo o Norte e Nordeste se converteu para o pão e macarrão, quando era consumidor de inhame, cará etc., que têm valor alimentar muito superior aos McDonald's da vida. Quem mudou isso? Foi a televisão. Então a televisão não é inofensiva, a mídia não é inofensiva. Ela impõe padrões culturais, e de uma forma muito rápida, para a qual você...

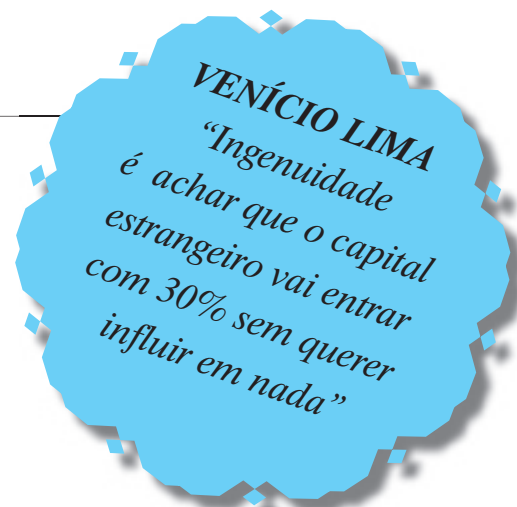
**Siqueira-** Deixe-me só retificar, eu disse é que a porta está arrombada, e que tudo o que poderia acontecer de pior de invasão e desnacionalização já aconteceu. A culpa de todo esse processo é nossa. De não estabelecer salvaguardas, barreiras. Eu digo nossa como nação, como as elites corruptas que não fizeram este trabalho. Não estou defendendo. Eu vejo hoje desenhos animados na televisão, japoneses, que são horríveis. Não é qualquer coisa que vem de fora que é lixo, o exemplo do Chaplin está aí.

Outra coisa. Mesmo as histórias em quadrinhos não tiraram de mim a minha brasilidade, a minha identidade cultural não foi afetada. Até porque aquilo é uma ficção. Cabe a nós estabelecermos barreiras com leis, com órgãos realmente atuantes. E uma consciência nova, a pressão em cima dos meios, das empresas.

**Borin-** Vou também retomar um tema que o Júlio apontou e que de certa forma me é caro: não soube-mos preservar valores nacionais na nossa mídia. Se você pegar o *Diário de São Paulo*, por exemplo, da época dos Diários Associados, que foi a minha escola. Acabei, talvez por influência do *Diário de São Paulo*, me tornando jornalista. Era um jornal que tinha uma página com histórias em quadrinhos, metade dela com personagens nacionais. E este quadrinho nacional desapareceu. Por quê? Porque nós fomos sendo superados por hábitos e valores que não eram da nossa nacionalidade.

Adveio de várias razões. Você abdicou exatamente de alguns conteúdos nacionalizantes. É muito mais barato conseguir os direitos autorais, do que estimular o mercado nacional. A história já vem pronta, bonita, colorida. Aí é que esbarra também a questão da empresa de comunicação. Ela, hoje, vê-se obrigada, por esta mudança tecnológica radical que ocorreu nas últimas duas décadas, a perseguir um objetivo, que é esta modernidade, e para o qual ela não estava preparada e para o qual ela vai ter que abdicar de sua nacionalidade. Aí reside o problema central da discussão. Valeria a pena nós ainda mantermos esse mercado nacional? Eu acho que sim, eu ainda luto por isso. Foram repassados 200 milhões de reais para salvar a Globo Cabo, e não são só 200 milhões, a negociação toda para salvar a Globo cabo é 600 milhões [*de reais*].

Por que você não pode estimular a área? Se você tem um empresário que recebe 200 milhões, você não



**VENÍCIO LIMA**  
"Ingenuidade  
é achar que o capital  
estrangeiro vai entrar  
com 30% sem querer  
influir em nada"

criaria uma grande revista? E por que é que não há isso? A Globo vai conseguir o que ela quer, o que o BNDES está fazendo é aplicar em coisas que têm um retorno possível. Ele aplicou na Telemar, 25% da Telemar: das três grandes concessionárias de telecomunicações é a única que tem participação significativa, por quê? Porque aquilo lhe pareceu um bom negócio, e que viabilizava a privatização naquele momento. Agora ele vai sair de lá, e vai sair com lucro. O que vai ser muito difícil é fazer a mesma coisa na Globo Cabo. Se ele colocar mais, é suicídio. Mas está aprovado. E eu duvido que ele não coloque para salvar a Globo.

**Lima-** O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação me faz lembrar de uma coisa: a história não é só escrita pelos vencedores, ela é escrita por aqueles que a escrevem *dentre* os vencedores. Porque algumas pessoas se identificam com essa causa da democratização na comunicação, mas elas não são as únicas nem as primeiras. A idéia do Conselho de Comunicação Social, por exemplo, não é uma idéia do Fórum. É uma idéia antiga, e o Fórum, hoje, se constitui em um corte, em uma cisão séria que há no movimento de

**JÚLIO BARTOLO**

“O povo brasileiro é muito esperto, não se contamina por projetos como o da CNN”

jornalistas, que perpassa inclusive a diretoria da Fenaj, porque as duas últimas eleições da Fenaj foram eleições complicadas, para dizer o mínimo. Coloco-me à disposição para discutir, com a presença de alguém do Fórum, a participação do Fórum nos processos importantes, como por exemplo o processo de elaboração e implantação da Lei do Cabo e o processo recente de negociação da constituição do Conselho de Comunicação Social.

Hoje, todo mundo sabe, tem assento o presidente do Fórum, Daniel Hertz, como representante da Fenaj, e o suplente é o representante do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Então eu queria dizer que essa questão é bastante complicada do ponto de vista da luta política no âmbito do organização sindical dos jornalistas.

Outra coisa é a seguinte: um dos problemas que existe no mundo contemporâneo é a questão das palavras novas que vão surgindo. Há pouco tempo eu fiz um texto sobre isso, trabalhando com três palavras só: política, cidadania e comunicação. E cruzei várias vezes com essa palavra, “globalização”. Faz parte da luta ideológica contemporânea, uma luta, do meu ponto de vista, desigual, porque nós não controla-

mos os meios que fazem as opiniões públicas. E dessa construção faz parte a criação de palavras.

Não que sente uma pessoa lá e diga: eu vou criar uma palavra. No processo de construção hegemônica isto acontece. A palavra “globalização” faz parte disso, por exemplo: quem é no mundo que poderá ser contra um filme do Chaplin? Ninguém, não é? Acontece que nós não estamos falando aqui do filme do Chaplin. É do cara que comprou todos os filmes do Chaplin — e que só exhibe naquele lugar, na hora em que ele quer. Este é o problema: a economia política que está por trás da difusão cultural.

Você me fala, por exemplo, que entretenimento, informação e cultura são internacionalizados, não têm que ser protegidos, que isso é uma ingenuidade. Concordo em gênero, número e causa. O problema não é esse. O problema é a CNN, que tem audiência de 3,5 bilhões [*de pessoas*] no mundo inteiro, pautar a agenda da política internacional. Este é que é o problema. Não que a guerra do Afeganistão não deva ser noticiada para o mundo inteiro, o problema é ser noticiada só sob a ótica da CNN. Quem, em sã consciência, vai ser contra a exposição das obras do Van Gogh no mundo inteiro? Só maluco. O problema é você ter que engolir “Harry Potter”, né? O cara da *Time-Life* falou que dificilmente haverá alguém no mundo que não terá ouvido falar de “Harry Potter”. O problema é que quem consegue fazer isso no mundo com “Harry Potter” faz com qualquer outra coisa. Esse é o problema.

Isso não é globalização. Do meu

ponto de vista, é a imposição à força de um modelo de mercado goela abaixo das nações que não conseguem deter o processo. Ninguém é ingênuo, ingenuidade é pensar que somos ingênuos a ponto de acreditar que vamos proteger, que vamos colocar uma redoma de vidro e que o Brasil só vai ter samba e candomblé. É evidente que não é isso. O problema é o controle do entretenimento, da informação e da cultura. Esse controle, devido à economia e à política contemporâneas, se reduz cada vez mais. Está documentado, você tem aquele livro clássico, do Ben Bagdikian, da Universidade da Califórnia [*O Monopólio da Mídia*], que mostra que você tinha nos EUA, há vinte anos, 100 grandes empresas. Depois você passou a ter 50, depois 30, 20, 10, e hoje você tem seis no mundo. Qual é o problema? Não é a internacionalização da cultura, que todo mundo quer. Com limites. Não queremos internacionalizar o programa do Ratinho, né? No entanto, temos que engolir o “Big Brother”, que já foi chamado de açougue humano e é uma boa definição: você corta, abre, chega no osso. É um negócio fantástico.

Na guerra dos substantivos abstratos isso é um problema. Você fala em soberania, hoje, e a pessoa ri de você. Você pega a Constituição, e qual é o primeiro item? Soberania nacional. E é uma piada você falar de soberania nacional. Eu sou filho de um cara que quase morreu porque era nacionalista. Até em honra a ele, vou continuar dinossauro até a morte, porque vou continuar falando de soberania. Isso é impor-

tante, você pode ter toda essa coisa aí de acabar com os estados nacionais, mas a Copa do Mundo e as Olimpíadas estão aí. É interessante você ver o time da Eslovênia, o time da Costa Rica, o pessoal cantando o hino. Tem alguma coisa que os une, e o esporte propicia isso. Faz sentido você lutar por isso.

Aí sim, eu acho ingenuidade achar que o capital que tenha fidelidade a outros valores culturais e a outros interesses econômicos vai entrar aqui, 30%, sem nenhum controle administrativo, e não vai querer influir em nada. Isso é ingenuidade, porque aí não entra. Fico imaginando: se tenho uma empresa de 10, estou precisando do dinheiro, e alguém vai botar 3, esse cara que vai botar 3 não vai ter nada a dizer na minha empresa? É evidente que vai.

**Siqueira-** Capital busca só o lucro. Ele não vai influir ideologicamente e filosoficamente.

**Lima-** Mas aí é que está, o lucro não é sozinho, o lucro vem acompanhado de todas essas coisas. O capital busca o lucro, e para chegar ao lucro ele tem que vender “Harry Potter”, tem que fazer o que está acontecendo no Brasil, que é outra coisa que eu quero falar. É claro que ninguém também é ingênuo de não ter visto as modificações nas telecomunicações no Brasil, mas o que está acontecendo? O teto da expansão das telecomunicações e da televisão a cabo bateu lá. Em oito anos de governo Fernando Henrique, o quadro da distribuição de renda piorou. Não melhorou. Então o que é que acontece? Não dá para discutir a comunicação sem contex-

tualizar o lugar onde estamos.

No Brasil você tem uma elite, da qual nós fazemos parte, que não abre mão dos seus privilégios, e uma das piores distribuições de renda do mundo. Você pode ter capital internacional e abrir o mercado para a expansão da telefonia e para criar a televisão a cabo. Acontece que o pacote mais barato da Net, por exemplo, em Porto Alegre, onde eu moro, custa R\$ 32,90, quem é que pode comprar? É isso.

**Bartolo-** A pior coisa quando a gente discute mídia é quando você só polariza entre um lado e outro. Tem vários lados para serem descobertos. Por exemplo, o professor Venício falou uma coisa importantíssima que passou, assim, muito rápido. Este país tem uma dificuldade enorme de trabalhar modelos. A universidade, a empresa, os partidos políticos e o governo têm uma dificuldade enorme de modelos, nós temos uma pressa, uma ansiedade de povo que recebeu várias influências, de resolver as coisas com rapidez, tanto na contestação dos modelos quanto na formatação dos modelos. É mais fácil copiar do que pensar e estabelecer diálogos construtivos. Vou dar um exemplo. Quer dizer, o Daniel [Hertz] é para mim um exemplo de líder isolado, que luta, que trabalha. Só que a articulação dessas idéias restringe-se a polarizar uma posição contra a outra que é predominante. Mas a outra que é predominante também não sabe qual é seu modelo. Então fica uma discussão no vazio, que não leva a absolutamente nada.

Só para tranquilizar também a mesa, a CNN está extinguindo o



seu serviço latinoamericano, em espanhol. A audiência da CNN representa no Brasil hoje, dados concretos de Ibope, uma visita de 300 a 500 pessoas no horário nobre. A visita se faz após um minuto de ingresso da pessoa no canal. A gente esquece de revelar que a televisão por assinatura entra em 3 milhões e meio de residências. Dessas residências, 70% prefere ver a Rede Globo, o SBT, a Record no horário nobre. Então sobra para a televisão segmentada 25% da preferência desse assinante. São 3 milhões e meio de casas que recebem a televisão por assinatura, sendo que escolhem a televisão a cabo pela qualidade de imagem, as pessoas querem melhor qualidade de imagem.

Então o povo brasileiro é muito esperto, ele não se contamina por esses projetos internacionais como o da CNN. (O canal mais visto, esse sim é preocupante, é o Cartoon Network. Consegue 28 minutos de permanência média, o que é bastante típico da criança, ela liga a televisão e fica ali, robotizada. É líder com o triplo de audiência do segundo colocado em todos os horários.) A segunda coisa é como é difícil fazer um modelo. Quero dar um testemunho.

**VENÍCIO LIMA**  
“A primeira tarefa  
é fazer cumprir  
a Constituição,  
que veta o monopólio  
na mídia”

Em 1995, o grupo internacional a que eu pertencço precisava ficar livre para vender o sinal da ESPN para todos os seus operadores. Ele era exclusivo da TVA, e ele precisava ser vendido na Net e outros operadores que antes a TVA não deixava. E naquela época eu sugeri à TVA o seguinte: deixa eles fazerem a venda do canal internacional, mas pede para fazer uma ESPN local. Isso foi celebrado num contrato, os dois sócios colocaram 60 milhões de dólares ao longo de cinco anos, finalmente a empresa ficou só com o internacional, com o dinheiro do internacional. O interessante é que na Argentina, Cingapura, México, tentaram fazer canais locais copiando o grafismo e a temática do canal internacional. Conclusão: são canais de baixa audiência local, porque o espectador confunde o sinal do canal internacional com aquele que se diz local.

Nós aqui fazemos um trabalho de grafismo, música, música instrumental brasileira, grafismos adaptados até ao problema visual brasileiro. Toda a informação na tela, em corpo gigante, é acompanhada por áudio, porque a gente pensa que a nossa classe A gosta de coisas bonitas e clássicas; a clas-

se A gosta de Ratinho, eles gostam de “Big Brother”. A gente pensa que a classe A brasileira é um público dominante, multiplicador de opinião. Não, ele é exatamente o retrato de contrastes deste país. Ele ganha o dinheiro, não sabe o que fazer, e vê as mesmas novelas, as mesmas coisas que a gente vê se expandindo no Brasil. A ESPN Brasil hoje é modelo, os norte-americanos insistem que os outros países venham aqui ao Brasil ver como se faz um canal local e o que eles pedem é que as pessoas façam vingar a localidade, e não a internacionalidade.

Sou hoje o sexto canal de visibilidade no Ibope. Portanto, entre 80 canais, eu tenho essa visibilidade. E a CNN está na rabeira, em 48º lugar. Então concordo com o Venício na questão do modelo, mas é um modelo que tem que passar pelo Sindicato, que tem que passar pela empresa. O terrível nesta história dos antagonismos é que o capital consome. Tudo. E o antagonico acaba não gerando um modelo de contestação viável. Quer dizer, nós precisamos ver o que é evitável, dentro desta perspectiva de invasão que está sendo prevista, e o que é inevitável. A sinergia do “Big Brother” que está comparecendo nas revistas da Globo, na Internet, no cabo da Globo, só mostra o quê? Estão tentando fazer com produtos ainda importados essa sinergia.

O “Auto da Compadecida”, que virou DVD, fitas, série, e foi exportado para vários países do mundo, é alguma coisa para se pensar. O filme “O Invasor” já está sendo ven-

dido para oitenta e poucos países. Quer dizer, há um modelo nacional criado e possível. Então é bom a gente perceber que o esforço das gerações é a capacidade de pensar no novo. E não simplesmente de contestar o presente. Contestar o presente todo mundo aprendeu a fazer, durante a época de política estudantil. Agora, criar o novo é complicado.

**Pomar-** A gente pode passar para a rodada final agora, dez minutos para cada um dos debatedores. Então vamos repetir a ordem inicial. As famosas considerações finais.

**Borin-** Queria aproveitar para resgatar também uma questão que passou despercebida. É a questão da profissionalização do jornalista, a sua representatividade na sociedade. Quando a gente discute esta transformação toda que está ocorrendo nos produtos mediáticos, a gente se esquece de que os agentes que fazem toda esta atualização do produto em relação ao mercado somos nós. E a universidade está discutindo pouco isso. Nós aqui sim, Júlio, temos um modelo pré-concebido, que vem desde aquela cartilha do currículo mínimo do MEC, e passa pela própria falta de sinergia da universidade com os setores da sociedade. Ou seja, a universidade pensa para dentro, ela é endógena, ela não troca estas informações. E uma mesa como esta que está montada hoje nos ajuda a visualizar um pouco além dos limites da universidade, este problema que é relevante e que vai marcar todos vocês que estão aqui dentro de meses. Alguns já estão

saindo com mais seis ou sete meses para o mercado de trabalho, mas a realidade que vão enfrentar é um quadro completamente adverso, e a universidade não está se preparando para dar a vocês um instrumental mais crítico para esta análise.

A universidade está pouco presente na mídia. E não é porque a mídia a boicota. Não vi nenhum representante de universidade no Congresso nem em 1988, quando a gente discutiu essa reforma toda. Eu estava lá pelo Mirad [*Ministério da Reforma Agrária*], onde eu trabalhava, mas não vi nenhum representante articulado, nenhum *lobby* da universidade no Congresso tentando influenciar na legislação que estava sendo discutida e a qual nós herdamos mais por força dos *lobbies*, ou classistas ou das empresas, do que dos centros de reflexão do chamado público-privado na expressão brasileira, que seríamos nós.

**Bartolo-** Quero manifestar a alegria de poder aprender e ser permeável a idéias, principalmente depois de tantos anos trabalhando com empresa, aqui na universidade eu tenho tirado meu oxigênio, que me dá capacidade de pensar e de não ser conduzido na maior parte das vezes. Só para recuperar um pouco o que se discutiu, a gente não sabe quanto é essa rede hoje, mas a rede de televisão a cabo que está aí à disposição para fazer telefonia, Internet, hoje tem 66 mil e 500 Km de extensão. Ela contemplou a classe burguesa, a classe A. Tentou a classe B, se deu mal: a clas-



**Montenegro, jornalista**

se B sabe que tem uma melhor televisão para eles usufruírem com cinema, *show*, *talk-show* etc., a televisão brasileira talvez seja uma das poucas no mundo que tem essa capacidade de sete redes nacionais com uma provisão de entretenimento absurda.

O segundo ponto que eu queria refletir com vocês é o cenário por opção de conteúdo. Hoje, talvez, o mundo produza conteúdo que abasteça apenas 10% das suas necessidades. Pequenos grupos, até compostos por universitários na Nova Zelândia, na Austrália, em países que não tinham a menor importância no passado, hoje produzem a maioria dos documentários que vocês vêem em canais de televisão a cabo, principalmente ligados à fauna, flora, pesquisa histórica. Nós não guardamos nosso entretenimento. Temos uma história de cinema nacional, de teatro de revista, de teatro, de televisão. A televisão quando começou era

extremamente elitizada, tinha teatro ao vivo, à noite, no horário nobre. Esse passado não se guardou, portanto hoje é impossível resgatar a memória de conteúdo do Brasil. O pouco que restou do nosso cinema nacional talvez represente 40%, 50% do que se produziu desde os anos vinte.

Só para rememorar, esses 66 mil e 500 Km de cabo atingem 10 milhões de residências, portanto, apenas um terço está comprando o que esse cabo passa na porta. O que se prevê é o seguinte cenário: vai ser muito difícil atrair o capital estrangeiro com uma base de penetração deste tamanho em um país continental como o nosso. Também para impressionar os estrangeiros que vêm aí com o dinheiro, eles gostam de obter informações estatísticas, nós somos o quinto país em volume de verba publicitária, nós passamos à frente da França, após a desvalorização do Real.

**ETHEVALDO  
SIQUEIRA**

*“A audiência brasileira é a mais alienada. Aceita a tv como ela vem, e o sucesso de ‘Big Brother’ nos revolta”*

A gente tem essa imensidão continental que atraiu todos os distribuidores de DTH, que é a televisão via satélite. No entanto, a DTH hoje perde assinante. A Sky está saindo da Argentina. Aqui no Brasil, talvez a Sky e a DirecTV se unam, porque as duas estão perdendo dinheiro neste país. Então, será mais uma contribuição de que o cenário talvez seja recuperado, há uma possibilidade das forças contraditórias terem uma ação mais interessante e produtora. Infelizmente não somos esse paraíso para o capital estrangeiro. Infelizmente, porque qualquer capital é gerador de emprego local, e a gente não está também conseguindo fazer.

**Lima-** É muito importante termos coisas como essas que estão acontecendo aqui hoje, até porque nós não temos tradição de debate acadêmico na nossa área, em particular. Eu fui durante quase cinco anos membro do conselho editorial da nova fase da revista *Comunicação e Política*. Nós tentamos estabelecer um debate exatamente com alguns setores que passavam por pessoas do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, e eu até comentei com o professor Borin um pouco antes, algumas dessas pessoas se transformaram

em meus inimigos, porque eventualmente tínhamos posições divergentes. É lamentável.

Eu queria insistir, só, que ser veemente nas minhas posições não significa que eu não esteja disposto a dialogar e eu gostaria, inclusive, de debater algumas idéias que eu tenho colocado. Passei mais de 30 anos trabalhando na Universidade de Brasília, sendo que 20 em cursos de comunicação, e os últimos dez anos na área das Ciências Políticas, porque estava trabalhando com a questão da mídia e da política. E nas nossas universidades, é muito importante a gente tentar construir uma visão analítica de conjunto e não se perder no detalhe. Detalhe talvez seja impróprio. Estou querendo dizer o seguinte: claro que, por exemplo, uma turma como a que está aqui, que está saindo para o mercado de trabalho, tem que estar preocupada com o mercado de trabalho. Tem que descobrir onde vai trabalhar, qual é a melhor área de inserção profissional. Mas essa inserção vai ser mais qualificada, mais gratificante, melhor trabalhada no ponto de vista pessoal, se ela for acompanhada de uma visão de consciência da inserção em relação ao conjunto do que está acontecendo na área.

Os alunos não saem, por deficiência do currículo e da forma como as coisas são tocadas durante o curso, com uma visão da importância que tem a formulação das políticas públicas na área, como isso afeta diretamente o exercício profissional. Então eu acho muito importante esse quadro de conjunto — é claro que há visões diferentes, mas

é preciso que o debate seja feito e que vocês valorizem esse debate do ponto de vista do próprio exercício profissional, participando da luta sindical, inclusive.

Estou participando de uma experiência que vale a pena ser considerada, que é o projeto da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Todo mundo deve imaginar o que é você ter uma mídia cruzada no Estado inteiro, que é o grupo RBS, radicalmente contra a experiência de governo que está lá. Mudei para lá há dois anos e estou experimentando uma coisa que para mim é de uma riqueza fantástica, porque é uma luta contínua, diária, e em cada detalhe. E fui convidado a participar do projeto de implantação dessa universidade, estou sofrendo isso diretamente.

Dei uma aula que trata de algumas destas questões num curso de especialização em gestão pública, e cometi a imprudência de mostrar — para ilustrar um argumento sobre o poder da mídia no Brasil — aquele vídeo que vários de vocês devem conhecer, feito na Inglaterra, em quatro partes, “Muito Além do Cidadão Kane”, feito por uma pessoa que não conseguiu terminar, que faleceu. Pois aquilo foi notícia de imprensa, foi comentado em rádio, o absurdo de um professor de uma universidade pública, falando de comunicação pública, ter mostrado aquele negócio contra a Globo, que é esse exemplo maravilhoso de contribuição ao país. Infelizmente não vou poder falar mais sobre isso, mas quero falar três coisas pontuais, que a gente pode fazer profissionalmente para a área.

A primeira é cumprir a Constituição. A Constituição veta o monopólio nos meios de comunicação. Estabelece os seguintes princípios: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura regional ou nacional; estímulo à produção independente; regionalização da produção cultural, artística e jornalística; complementariedade dos sistemas privado, público e estatal. Se nós conseguíssemos fazer isso, seria um avanço fantástico. Até pouco tempo atrás, você podia acrescentar: “instalar um conselho de comunicação”, mas ele está sendo instalado.

Outra coisa que é uma tarefa fundamental para nós todos é constituir a comunicação como objeto de debate público. No Brasil deveria existir a consciência de que a Globo na verdade não é da Globo, ela é uma concessão. Quem é a Globo? É uma empresa que explora uma concessão pública. Não há isso. Então uma tarefa fundamental seria constituir a comunicação como objeto de debate público permanente, até o ponto que nós, um dia, almejássemos ter um debate de formulação de política pública como uma outra área qualquer. Como saúde, como educação, como qualquer outra área. E terceiro, que é uma tarefa dos partidos (e os partidos não avançam na área das políticas, eles temem a influência da mídia no mundo contemporâneo, você não faz política sem mídia), há coisas que podem ser ações bem concretas, por exemplo, os conselhos de comunicação social, embora sejam órgãos auxiliares, eles deveriam também ser instalados no



**Discussão sobre o conteúdo polarizou as opiniões**

nível regional e local. Deve haver uma municipalização da discussão, você elege vereadores, faz o cara pautar essa discussão e propor uma emenda na lei orgânica municipal para ter um conselho de comunicação social cuja tarefa inicial é ver se a Constituição está sendo cumprida num âmbito de atuação do município. Seria uma grande coisa.

**Siqueira-** Outra vez eu sou beneficiado por ser o último aqui. Eu assino embaixo de praticamente tudo aqui, como grandes conceitos e grandes linhas. Estamos todos convergindo para um único objetivo, que é o bem da sociedade, realmente, transformar a comunicação em alguma coisa muito melhor do que ela tem sido. E tenho, ao longo da minha vida como jornalista, como cidadão, alguns orgulhos de ter participado de algumas coisas, a gente, quando jovem, sonha em mudar a realidade. Quando lutei pelo monopólio estatal do petróleo, nos anos

50, ainda muito garoto, e vi nascer a Petrobrás, achava que aquilo era um dos sonhos e era uma redenção do país. Hoje eu não tenho tanta certeza quanto às vantagens do monopólio do Petrobrás. Mas naquele momento representava, mesmo, uma luta extremamente encaixada no cenário mundial. E me devotei de corpo e alma em função de outras coisas, como uma luta comum a todos nós que vivemos a ditadura, que foi o processo de redemocratização do país.

Cinco anos de censura militar dentro de um jornal em que o que a gente escrevia era, até com requintes de ironia, cortado com lápis vermelho na nossa frente... me lembro de um dos editoriais do *Estadão* que começava com “O Brasil não é uma democracia”, o censor disse: “Vou tirar uma palavrinha só”. Cortou a palavrinha *não*. “Pode publicar agora”. Conseguimos derrubar a ditadura, o país virou uma demo-

cracia e elegemos Fernando Collor. Quando a gente estava na desgraça total e pensa que vai haver um golpe, consegue um *impeachment*, e uma mobilização de fato.

E o último sonho do qual eu participei foi que eu achava que um país deste tamanho, vivi os últimos trinta anos estudando e pensando em telecomunicações, sendo que este era um país paupérrimo de telecomunicações, e que era possível pelo menos dar uma infra-estrutura na área. Da mesma maneira que esse país precisa de universidades, escolas e hospitais, ele precisava de telecomunicações. E esta estrutura está aí, com todos os problemas e desafios. É uma sociedade pobre, mas houve uma inclusão, quando nós passamos de 14 milhões para 80 milhões de assinaturas. O país é a quinta rede telefônica do mundo. Duas coisas acho que nós temos que fazer. Nós, aqui. Isso que o Venício disse, que é fazer cumprir a Constituição. E eu vou a mais um detalhe. A Constituição não é auto-aplicada. Ela precisa de uma regulamentação através de lei.

Estou há cinco anos gritando quase que num deserto a favor de uma lei pela comunicação eletrônica de massa. Que foi engavetada pelo sr. Pimenta da Veiga, que sentou em cima dela pelos três anos e meio, quase quatro anos que ele ficou lá. Distribuiu 140 concessões de Tv Educativa, que não precisa fazer licitação. Até fazendeiro em Governador Valadares ganhou um canal de televisão educativa. Então o que falta? Nós temos que ter uma legislação. E mecanismos de con-

trole, realmente. Não é barreira para o mundo, não. Mas são barreiras internas, aqui, que nos façam filtrar e que apoiem a verdadeira cultura que queremos criar para este país.

Eu visitei semana passada aqui a Politécnic e reencontrei o professor João Zuffo, que é um dos luminares de microeletrônica neste país, e hoje, é preciso mostrar o que é a vida de um homem que dedica 45 anos de sua experiência profissional a ensinar e formar gerações. Que recebeu propostas milionárias de multinacionais como a Intel, Motorola, Machi, e vive com modéstia extrema. Eu disse: “Você nunca quis aceitar?” Ele disse: “Não, prefiro viver pobremente e me realizar, porque tenho 280 alunos que dependem de mim e sou muito mais útil para o Brasil investindo na formação”. Se vocês conseguirem, como jornalistas, ter a oportunidade de visitar a Politécnic e verem o que faz a área de eletrônica chefiada por ele... E a universidade, neste ponto, está fechada dentro de um caramujo. A universidade fica em silêncio. O pouco que ela tem feito de bom, de coisas inovadoras, ela silencia. Nós só ficamos conhecendo, realmente, as suas carências, as suas necessidades.

Eu tentei, talvez quixotescamente, criar uma ONG chamada Novacom. Uma ONG buscando a nova comunicação, centrada na audiência. A audiência brasileira é a mais alienada possível. Aceita a televisão como ela vem, e o sucesso de “Big Brother”, de Ratinho, de todas essas coisas nos revolta. A própria televisão não quer debater, esse debate sobre as telecomunicações é uma

necessidade, concordo plenamente. Mas é preciso não deitar num sofá de psicanalista e falar para si próprio. Tragam a sociedade para cá.

E o último item é ensinar ao jornalista que ele não está condenado a ser empregado de Mesquita, de Civita. Ele tem um espaço de empreendedor, também, ele pode criar muita coisa hoje, com a tecnologia. Vivi essa experiência, e o que eu sofri nesses 22 anos de RNT, era ter que matar um leão por dia. Para a cabeça de um jornalista, ter que pensar em banco, impostos, empréstimos, previdência atrasada, imaginem. Mas foi um trabalho feito só por jornalistas, não havia um patrão. A liberdade era total, de escrever em função de uma proposta de jornalismo independente.

Hoje não é mais, a revista passou para frente. Mas é possível. O jornalista tem que aprender que ele pode criar. Ele não deve ter como única aspiração trabalhar na Rede Globo, trabalhar no *Estadão*, na *Folha*. Fiquei muito feliz quando o Jair me telefonou para fazer este convite. Primeiro porque eu queria visitar meus amigos e poder discutir, e muito mais do que discutir, absorver idéias que nem sempre são as minhas. Quanto menos convicções inabaláveis nós tivermos, melhor no processo democrático. Nós temos que estar abertos a mudanças. O que aprendi, hoje, com os três colegas que falaram, me dá a maior recompensa possível por estar aqui, num dia em que minha mulher está chegando do Timor Leste depois de ter passado um ano e meio lá. Isso aqui é um momento de reencontro com a universidade.